



Servidor aumenta pressão por 19,99% e governo volta a falar em 5% linear a partir de julho

Nesta quarta-feira, 30 de março, nossa Jornada de Luta em defesa de uma reposição emergencial de 19,99% levou centenas de servidores de todas as regiões do Brasil a participar de marcha que passou por diversos ministérios e terminou em frente ao Ministério da Economia onde uma vigília permanente está instalada desde o último dia 17. Delegações de servidores de Norte a Sul do país estão em Brasília participando das atividades que marcam uma Jornada de Luta nessa semana.

Com o aumento da pressão, notícias de que o governo estaria estudando conceder 5% linear aos servidores do Executivo a partir de julho voltaram a circular no final do dia. A construção de uma greve está se desenvolvendo em todo país. Diversas categorias já aderiram ao movimento que tende a se intensificar a partir da resposta formal que o governo deve dar às reivindicações da categoria. O prazo dado pelo Ministério da Economia segue sendo o dia 1º de abril.

Mais uma vez a categoria chamou atenção para o fato de o ministro da Economia, Paulo

Guedes, não receber servidores e ser presença rara no ministério em que dá expediente. Guedes demonstra ser contrário a qualquer sinalização de reajuste a servidores. Mas não aceitaremos um NÃO como resposta a nossas reivindicações justas e legítimas.

São cinco anos de congelamento salarial, e mais de três anos de ataques e agressões aos servidores públicos desde o início do governo Bolsonaro.

Nossa luta é contra todo esse descaso do governo com os servidores.

Hoje, uma comitiva representando entidades reunidas no Fonasefe tentou ser recebida e cobrar uma resposta imediata do governo, mas não obteve sucesso. A categoria segue insistindo e cobra que amanhã o governo possa receber representantes dos servidores para uma reunião.

Só não virá a reposição se o governo não quiser! Seguimos na mobilização, pois a luta que a gente perde é a luta que a gente não faz! Servidores e servidoras de todo o Brasil, juntos e juntas somos mais fortes! À luta!

Fonte: Condsef

Cerimônia de posse, triênio 2022/2025, da nova Direção e Conselho Fiscal.
1º de abril, às 19h, no Auditório Viriato Correia IFMA/Campus Monte Castelo em São Luís/MA.

Sindsep.MA @SindsepMaranhao @SindsepMaranhao SindsepMaranhao

Bolsonaro muda uso dos tíquetes-refeição e direito a almoço no trabalho pode acabar

Se o Congresso Nacional aprovar a Medida Provisória (MP) nº 1.108/22 do governo de Jair Bolsonaro (PL), trabalhadoras e trabalhadores de empresas que fornecem refeições podem perder esse benefício.

A MP muda as regras para o uso dos tíquetes, ou vales, refeição e alimentação com o aparente objetivo de evitar que sejam destinados a outras formas de consumo que não seja a alimentação. Mas, o que deveria ser apenas um controle maior no uso desse benefício, na verdade, embute uma nova perda de direitos ao trabalhador.

Entenda por quê

O governo incluiu um dispositivo na Lei nº 6.321/76 que abre uma brecha para o fim do benefício fiscal do Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT) às empresas que produzem e fornecem refeições em seus próprios refeitórios, deixando o trabalhador na mão, caso esse benefício não esteja incluído no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

“A empresa não é obrigada a oferecer refeição, nem os vales, se não estiver no ACT, mas na hora de renovação este será um item que terá de ser negociado novamente”, explica o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT Nacional, Valeir Ertle.

O dirigente acredita que até os empresários são contra o fim das refeições nos locais de trabalho por pelo menos duas razões. “A primeira é que mui-

tas empresas ficam longe dos centros urbanos e o trabalhador utiliza sua hora de almoço entre a refeição e um breve descanso antes de voltar à sua atividade”.

“A segunda razão é que este benefício é importante porque a empresa reduz integralmente o valor gasto com refeição aos trabalhadores no Imposto de Renda. Se tirar esse benefício fiscal, as empresas vão cortar do trabalhador”, ressalta Valeir.

Segundo o dirigente, a CUT vai “brigar” na próxima reunião do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) para que o governo faça emendas que retirem o risco de perda do benefício. Ainda não há uma data para a reunião, mas ela deve ocorrer até maio.

“Vamos ter que clarear essa questão, pois antes nós tínhamos o controle dos gastos das empresas com este benefício quando havia o Conselho do PAT, do qual a CUT também fazia parte, que Bolsonaro encerrou quando assumiu o governo em 2019”, conclui Valeir.

O que diz a MP sobre o uso dos vales alimentação e refeição

Analisando o texto da MP, os advogados do Escritório LBS, que atendem a CUT Nacional, explicam que a norma estabelece que o auxílio-alimentação apenas deve ser gasto com refeições em restaurantes e estabelecimentos



similares ou para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais como supermercados, por exemplo.

Na hipótese de utilização equivocada do auxílio-alimentação, é cabível aplicação de multa aos empregadores ou empresas emissoras dos tíquetes/cartões alimentação.

Há ainda a possibilidade de multa, inclusive se houver credenciamento de estabelecimento que comercializa produtos não relacionados à alimentação do trabalhador.

Além da previsão de multas, as empresas poderão ter cancelada a inscrição de pessoa jurídica beneficiária ou do registro das empresas vinculadas aos programas de alimentação do trabalhador no Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e a perda do incentivo fiscal.

A MP tem validade por 60 dias e pode ser prorrogada por mais 60 dias. Caso não seja votada por deputados e senadores, dentro do prazo ela caduca.